



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO E CENTRAL DE MANDADOS DE PASSO FUNDO EM 05.05.2016

Aos 05 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e à Central de Mandados de Passo Fundo a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001595-42.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Diretora do Foro Odete Carlin, pela Coordenadora Lizete Terezinha Klock e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelas Gestoras da unidade e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da última correição realizada: 23.06.2015

Data de Implantação do PJe: 17.09.2014

Jurisdição: Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria, Água Santa

1.1 Período Correccionado: de 1º.01.2015 a 05.05.2016

2 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA/FUNCIONAL

2.1 DIREÇÃO DO FORO DA COMARCA

Juíza Diretora do Foro	Titularidade
Odete Carlin	4ª Vara do Trabalho de Passo Fundo

2.2 SERVIDORES

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro de Passo Fundo gerencia a Central de Mandados da Comarca, que atua como auxiliar dos serviços judiciários e é subordinada à Direção do Foro Trabalhista, conforme o disposto nos arts. 119 a 129 da Consolidação dos Provimentos desta Corregedoria Regional.



2.2.1 Servidores Lotados

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Lizete Terezinha Klock	Analista Judiciário - Área Judiciária	Coordenadora (CJ1)	05.11.2009
2	Sônia Elisete Moura dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC04)	23.04.2004
3	Maik Rene Alves de Lima	Analista Judiciário - Área Administrativa	Assistente (FC02)	10.04.2015
4	Nelson Ricardo Nichele	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	11.12.2009
5	Mariana Moraes de Castilhos Gaspary	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	25.05.2015
6	Anésia Cristina Miranda da Cunha	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	18.06.2015
SEG	André Luiz Mendes de Mattos	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	16.09.2002
SEG	Paulo Ricardo Nogueira Pagliarini	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	25.06.2007
SEG	Clodoaldo Omero Scherner	Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança	-	07.01.2014

Servidores Lotados na Central de Mandados				
	Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Sílvia de Oliveira Portillo	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	04.11.1998



2	Amarildo de Rocco	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	07.12.2005
3	Magali Regina Nodari	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	09.12.2009
4	Dirceu Espíndola de Moraes	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	06.12.2011
5	Gustavo Bohn Urnau	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	02.12.2013
6	Cláudio Ferreira Júnior	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	27.01.2014
7	Armando Marques Gava	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	02.03.2015

Servidor lotado na Central de Mandados de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau

Servidor	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária	
-	Vanderlei Garbin	Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal	-	19.12.2011

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.04.2016 e revisão em 26.04.2016)

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

O art. 6º, parágrafo 2º, da Resolução nº 63/2010 do CSJT, com as alterações previstas na Resolução nº 77/2011, também do CSJT, estabelece que competirá a cada Tribunal instalar Foros quando da existência de mais de uma Vara do Trabalho na localidade, podendo provê-lo com quantitativo adequado de servidores para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte, sem prejuízo da lotação prevista para as Varas do Trabalho, estabelecida no Anexo III da referida Resolução.

Já o art. 7º, parágrafo único, estabelece que competirá a cada Tribunal prover suas Centrais de Mandados com um quantitativo adequado de servidores ocupantes do cargo de Analista Judiciário – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, para atender à demanda das jurisdições a que dão suporte.



2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o período correccionado

Servidores Lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
André Luiz Mendes de Mattos (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
Anésia Cristina Miranda da Cunha (desde 18.06.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Clodoaldo Omero Scherner (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	-
Lizete Terezinha Klock	Adotante mais de 1 ano de idade (AD)	45	45
Maik Rene Alves de Lima (desde 10.04.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	3	3
Mariana Moraes de Castilhos Gasparly (desde 25.05.2015)*	Curso ou Evento (CURS)	4	14
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	
Nelson Ricardo Nichele	-	-	-
Paulo Ricardo Nogueira Pagliarini (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	Curso ou Evento (CURS)	2	2
Sônia Elisete Moura dos Santos	Doença em Pessoa da Família (LPF)	4	4

Servidores Lotados na Central de Mandados			
Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Amarildo de Rocco	-	-	-
Armando Marques Gava (desde 02.03.2015)*	-	-	-
Cláudio Ferreira Júnior	-	-	-
Dirceu Espíndola de Moraes	-	-	-
Gustavo Bohn Urnau	-	-	-
Magali Regina Nodari	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	91	91
Sílvia de Oliveira Portillo	-	-	-



Servidor lotado na Central de Mandados de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau

Servidor	Motivo	Nº de Dias de Afastamento	Total (em dias)
Vanderlei Garbin	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.04.2016)

* Servidor lotado na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Unidade inspecionada, houve restrição de horário dos expedientes externo e interno no período de 22.06 a 14.09.2015, totalizando 2 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as **Portarias nºs 01 e 02/2015** da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, expedidas pela Juíza Diretora do Foro à época, Cristiane Bueno Marinho.

2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	José Antônio Machado	16.09.2014	08.03.2015	5 meses e 23 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo – Assistente de Juiz Titular (FC05)
2	Júlia Seolino Machado	18.12.2014	14.04.2015	3 meses e 27 dias	Lotação na 12ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Secretária de Audiência (FC03)
3	Patrícia Saccomori Bolner	08.04.2014	23.06.2015	1 ano, 2 meses e 16 dias	Lotação na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo – Assistente (FC02)

Servidores Lotados na Central de Mandados

	Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Olga Maria Szortyka Leszczinski	07.01.2011	02.02.2015	4 anos e 26 dias	Aposentadoria



Servidores lotados na Central de Mandados de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau

Servidor	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
-	-	-	-	-

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 20.04.2016)

2.3 CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES DURANTE O PERÍODO CORRECIONADO

Servidores lotados na Coordenadoria de Controle da Direção do Foro

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
André Luiz Mendes de Mattos (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	142	142
Anésia Cristina Miranda da Cunha	20	20	130	170
Clodoaldo Omero Scherner (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	-	-	102	102
Lizete Terezinha Klock*	20	-	110	130
Maik Rene Alves de Lima	35	20	198	253
Mariana Moraes de Castilhos Gaspary	-	20	72	92
Nelson Ricardo Nichele	20	-	15	35
Paulo Ricardo Nogueira Pagliarini (Técnico Judiciário – Área Administrativa – Especialidade Segurança)	20	20	203	243
Sônia Elisete Moura dos Santos	-	-	-	-

Servidores Lotados na Central de Mandados

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Amarildo de Rocco	-	5	57	62
Armando Marques Gava	-	-	50	50
Cláudio Ferreira Júnior	20	-	95	115
Dirceu Espíndola de Moraes	15	-	246	261
Gustavo Bohn Urnau	-	-	-	-
Magali Regina Nodari	-	-	63	63
Sílvia de Oliveira Portillo	-	-	15	15



Servidor lotado na Central de Mandados de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau

Servidor	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Vanderlei Garbin	20	-	80	100

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 22.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 ATIVIDADES DA COORDENADORIA DE CONTROLE DA DIREÇÃO DO FORO

3.1 EXPEDIÇÃO DE CERTIDÕES NEGATIVAS

CERTIDÕES NEGATIVAS			
	Certidões Expedidas	Emolumentos arrecadados	Emolumentos dispensados
2014	957	R\$ 5.297,67	R\$ 0,00
Média mensal - 2014	79,75	R\$ 441,47	R\$ 0,00
2015	835	R\$ 4.617,78	R\$ 0,00
Média mensal - 2015	69,58	R\$ 384,82	R\$ 0,00
Varição 2014-2015	-12,75%	-12,83%	-
2016 (até 31.03)	235	R\$ 1.299,93	R\$ 0,00

(Fonte: Consulta ao Sistema Boletim Foro em 27.04.2016)

Segundo os dados obtidos do programa Boletim Foro, foram fornecidas pela Unidade, em média, 69,58 certidões negativas por mês em 2015, média 12,75% inferior à verificada no ano anterior. Via de regra, as certidões negativas solicitadas são entregues no mesmo dia ao do recebimento do requerimento. Os pedidos cuja quantidade de certidões é volumosa são entregues no prazo máximo de 48 horas, de acordo com a informação prestada pela Coordenadora.

A documentação necessária para confecção da certidão é conferida ao ser protocolado o requerimento e devolvida à parte. Após a expedição da certidão, os requerimentos e a guia comprovante de recolhimento de emolumentos (GRU) são arquivados em local próprio.

3.2 UNIFICAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS EM PROCESSOS FÍSICOS

3.2.1 Reclamadas



UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE RECLAMADAS			
	Unificadas	Não unificadas	Total
Reclamadas	17.702 - 69,19%	7.881 - 0,81%	25.583
Processos com reclamadas	63.001 (Totalmente) - 85,78%	7.323 - 9,97%	73.443
	3.119 (Parcialmente) - 4,25%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016, 14h59min)

Em observância ao disposto no §º4 do art. 41 da PCR, os dados cadastrais das reclamadas devem ser unificados em todas as Unidades Judiciárias da Região. Segundo as informações prestadas pela Coordenadora, a unificação dos dados cadastrais das reclamadas é realizada mediante consulta às certidões emitidas pelos executantes de mandados em busca de novas informações e por meio de determinação encaminhada pelas varas do trabalho do Foro de Passo Fundo.

De acordo com os dados do sistema informatizado, consultados no dia 27.04.2016, 69,19% das reclamadas do Foro de Passo Fundo encontravam-se com cadastro unificado. Os processos com cadastro de reclamadas totalmente unificado representavam 85,78% dos processos que tramitam no Foro.

Esses números apontam pequena evolução em relação aos dados colhidos na Inspeção Correccional de 2014, cujo número de reclamadas unificadas totalmente era de 55.237, correspondendo a um percentual de 75,53%.

3.2.2 Endereços de advogados

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ENDEREÇOS DE ADVOGADOS				
	Unificados	Não unificados	Total	
Endereços dos Advogados	4.707 - 67,57%	2.259 - 32,43%	6.966	
Processos com Endereços de Advogados	Reclamante	65.412 (Totalmente) - 89,06%	7.877 - 10,73%	73.443
		154 (Parcialmente) - 0,21%		
	Reclamada	65.206 (Totalmente) - 88,79%	6.564 - 8,94%	73.442
		1.672 (Parcialmente) - 2,28%		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016, 15h01min)

Consoante os dados do sistema informatizado inFOR, 67,57% dos endereços de advogados cadastrados no Foro de Passo Fundo encontravam-se unificados, restando 2.259 endereços de advogados não unificados. Além disso, nos processos cadastrados na Comarca, os endereços dos advogados de reclamantes vinculados encontravam-se totalmente unificados em 89,06% dos processos, enquanto os processos com endereços de advogados de reclamadas totalmente unificados alcançaram 88,79%.



Salienta-se que, na comparação com a Inspeção Correcional do ano de 2014, houve ligeira evolução no percentual de unificações de endereços de advogados, quando constatado que 61,31% dos endereços de advogados possuíam cadastro unificado em 19.04.2014; por sua vez, o número de endereços de advogados não unificados era de 2.687.

3.2.3 Órgãos

UNIFICAÇÃO CADASTRAL DE ÓRGÃOS			
	Unificados	Não unificados	Total
Órgãos	823 (82,30%)	177 (17,70%)	1.000
Processos com Órgãos	4.932 (81,57%)	1.114 (18,43%)	6.046

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016, 15h03min)

De acordo com o sistema informatizado, no dia 27.04.2016, 82,30% do cadastro de órgãos públicos se encontrava unificado. Em relação aos processos com Órgãos unificados vinculados, 81,57% deles se encontravam unificados. Na comparação com os dados obtidos na Inspeção Correcional do ano de 2014, verifica-se que houve a unificação de 08 órgãos no período entre as duas correições – aumentando em 0,14% o percentual de cadastros unificados.

3.3 CADASTRAMENTO DE PROCESSOS FÍSICOS

DISTRIBUIÇÃO DE AÇÕES				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
Ação Anulatória	2	0	-100,00%	0
Ação Cautelar	26	2	-92,31%	0
Ação Civil Coletiva	20	0	-100,00%	0
Ação Civil Pública	10	0	-100,00%	0
Ação de Cobrança de Contribuição Sindical	38	0	-100,00%	0
Ação de consignação	64	0	-100,00%	0
Ação de cumprimento	23	0	-100,00%	0
Ação de indenização	165	0	-100,00%	0
Ação declaratória	4	0	-100,00%	0
Carta de Ordem	7	0	-100,00%	0
Carta de sentença	7	0	-100,00%	0
Carta precatória	238	0	-100,00%	0
Embargos de terceiro	28	124	342,86%	5



Homologação	1	0	-100,00%	0
Inquérito	1	0	-100,00%	0
Reclamatória-ordinário	2.444	2	-99,92%	0
Reclamatória-sumaríssimo	300	0	-100,00%	0
TEE ajuste de conduta MPT	2	0	-100,00%	0
TEE multa DRT	6	0	-100,00%	0
TOTAL	3.386	128	-96,22%	5
MÉDIA POR MÊS	282,17	10,67	-96,22%	1,67

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016)

No ano de 2015, foram distribuídas 128 novas ações no Foro de Passo Fundo, registrando-se uma média mensal de 10,67 distribuições. Esse número foi inferior em 3.258 às ações distribuídas em 2014, constatando-se uma queda de 96,22% na média mensal de distribuições. Em números absolutos, as reclamações trabalhistas do rito ordinário e as reclamações trabalhistas do rito sumaríssimo foram objeto das maiores reduções na comparação com os dados de 2014, registrando-se diminuição de 2.442 e 300 distribuições, respectivamente, em 2015. Essa redução é justificada pela implantação do sistema de processo judicial eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no Foro Trabalhista de Passo Fundo a partir de 17.09.2014.

A seu turno, nos três primeiros meses do ano de 2016, foram distribuídas 05 novas ações em processos físicos no Foro de Passo Fundo, registrando-se uma média mensal de 1,67 distribuições, número que corresponde a uma queda de 84,38% na média mensal de distribuições.

3.4 PROTOCOLO DE DOCUMENTOS E PETIÇÕES

Petições e documentos protocolados – CCDF de Passo Fundo			
	CCDF Passo Fundo	Dias úteis	Média/dia
2014	42.313	229	184,77
2015	25.637	225	113,94
Varição 2014-2015	-39,41%	-1,75%	-38,33%
2016 (até 31.03)	5.413	46	117,67

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016)



Petições e documentos protocolados – PAJT de Marau			
	PAJT Marau	Dias úteis	Média/dia
2014	8.026	227	35,36
2015	5.074	225	22,55
Variação 2014-2015	-36,78%	-0,88%	-36,22%
2016 (até 31.03)	806	46	17,52

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 17.05.2016)

Petições e documentos protocolados – TOTAL			
	Total	Dias úteis	Média/dia
2014	50.339	229	219,82
2015	30.711	225	136,49
Variação 2014-2015	-38,99%	-1,75%	-37,91%
2016 (até 31.03)	6.219	46	135,20

No ano de 2015, foram protocolizadas 30.711 petições vinculadas a processos físicos no Foro de Passo Fundo e no Posto Avançado de Marau, correspondendo a uma média de 136,49 registros diários de petições. Na comparação com os números do ano anterior, verifica-se uma queda de 37,91% na média de petições e documentos protocolizados. Isso porque, assim como no cadastro de processos físicos, o registro de petições e documentos protocolizados nos processos físicos vêm apresentando redução após a implantação do processo judicial eletrônico PJe-JT no Foro Trabalhista de Passo Fundo.

Por sua vez, no período de janeiro a março de 2016, a média diária de protocolo de petições diminuiu para 135,20 (diminuição de 0,95%).

3.5 ARQUIVO

Nos termos do art. 50, V, da CPCR, incumbe ao Coordenador da Distribuição dos Feitos, organizar e manter o arquivo dos processos recebidos das Varas do Trabalho. O arquivo das Varas do Trabalho de Passo Fundo localiza-se no 3º andar do prédio sede, em sala contígua à Coordenadoria de Distribuição dos Feitos. Cabe ressaltar que, de acordo com informação prestada pela Coordenadora, aproximadamente 35.322 processos arquivados até o ano de 2007 estão sob guarda e conservação do Arquivo histórico da Universidade de Passo Fundo. Os processos arquivados são encaminhados em guias pelas Varas do Trabalho, as quais são conferidas na Coordenadoria



quanto ao tipo de arquivamento, definitivo ou provisório, quantidade e identificação dos processos, tamanho do lote, existência de documentos avulsos pendentes de entrega às partes. Após, é feita a identificação do lote de arquivamento e a remessa dos processos ao arquivo.

Quando da inspeção correcional constatou-se que apesar do expressivo número de processos arquivados atualmente na Coordenadoria, o arquivo possui uma excelente organização.

3.6 LIVRO CARGA DE ADVOGADOS

Processos em carga com prazo excedido			
Processo	Data da carga	Data prevista para devolução	Prazo de carga excedido (em dias)
0000613-81.2013.5.04.0663	07.04.2016	18.04.2016	11
0101800-77.2009.5.04.0662	06.04.2016	18.04.2016	12
0049000-75.2009.5.04.0661	05.04.2016	15.04.2016	10
0000089-27.2012.5.04.0661	14.04.2016	25.04.2016	11
0000435-43.2010.5.04.0662	14.04.2016	25.04.2016	11
0069700-69.2009.5.04.0662	14.04.2016	25.04.2016	11

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016)

A partir da análise do livro carga de processos arquivados, constatou-se a existência de 06 processos em carga com prazo de devolução vencido, sem a cobrança de devolução dos autos nos dez dias subsequentes.

4 ATIVIDADES DA CENTRAL DE MANDADOS

4.1. DIVISÃO TERRITORIAL DA JURISDIÇÃO PARA CUMPRIMENTO DE MANDADOS

Conforme o disposto no art. 123 da CPCr, o território da jurisdição em que está instalada a Central de Mandados deve ser dividido em setores, na proporção do número de servidores em exercício responsáveis pela execução de mandados, os quais atuarão em regime de revezamento (não excedente a seis meses) para fins de distribuição e cumprimento.

Segundo as informações prestadas pela Coordenadora da Central de Mandados, a jurisdição do Foro Trabalhista de Passo Fundo está dividida em 04 setores, e o revezamento dos Oficiais de Justiça entre os setores é realizado a cada 02 meses.

4.2 DISTRIBUIÇÃO E DEVOLUÇÃO DOS MANDADOS

Consoante o relato da Coordenadora da Central de Mandados, a distribuição dos mandados é feita uma vez por semana, às terças-feiras ou no



dia útil subsequente, conforme acordado em reunião entre a Central de Mandados, Direção do Foro e Varas do Trabalho do Foro de Passo Fundo. Entretanto, havendo mandados ou notificações eventualmente geradas nos demais dias, estes são distribuídos normalmente ao oficial de justiça, conforme zoneamento. Os mandados urgentes e os destinados ao plantão são distribuídos imediatamente ao oficial de justiça que estiver de plantão na respectiva data.

O exame das certidões e dos autos lavrados pelos oficiais de justiça avaliadores é feito pela Coordenadora da Distribuição dos Feitos e, em seus impedimentos, por seu substituto legal, nos termos do art. 122, VIII, da CPCR. Após essa análise, os mandados cumpridos são devolvidos, pelo menos uma vez ao dia, às Secretarias das Varas.

4.3 EXAME DO LIVRO CARGA DE MANDADOS

4.3.1. Mandados recebidos das Varas do Trabalho

Processos Físicos		
	Total	Média mensal
2014	5.791	482,58
2015	2.609	217,42
Variação 2014-2015	-54,95%	-54,95%
2016 (até 31.03)	503	167,67

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Processos Eletrônicos (PJe-JT)		
	Total	Média mensal
2014	457	38,08
2015	2.865	238,75
Variação 2014-2015	526,91%	526,91%
2016 (até 31.03)	842	280,67

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Em 2015, a Central de Mandados de Passo Fundo recebeu 5.474 mandados, sendo 2.609 de processos físicos e 2.865 de processos eletrônicos. Dessa forma, a média mensal alcançou 456,17 mandados recebidos, 12,39% menor do que a média verificada em 2014. Por sua vez, nos primeiros três meses de 2016 foram recebidos 1.345 mandados, dos quais 503 de processos



físicos e 842 de processos eletrônicos. A média geral de mandados recebidos por mês alcançou 448,33 – 1,72% inferior à média de 2015.

Em face da implantação do PJe-JT no Foro, verificou-se redução de 22,88% na média mensal de mandados oriundos de processos físicos em 2016, ao passo que a média de mandados de processos eletrônicos subiu 17,56% no mesmo período.

4.3.2. Cumprimento de mandados

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
Busca e Apreensão	66	37	-43,94%	1
Citação	1.107	706	-36,22%	162
Condução de Testemunha	8	3	-62,50%	0
Notificação	2.972	766	-74,23%	120
Penhora	883	726	-17,78%	136
Outros	809	385	-52,41%	66
Total	5.845	2.623	-55,12%	485

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Número de mandados cumpridos – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
Notificação	331	2.293	592,75%	557
Mandado	91	486	434,07%	226
Ofícios	4	60	1400,00%	16
Total	426	2.839	566,43%	799

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Foram cumpridos 5.462 mandados pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, dos quais 2.623 oriundos de processos físicos e 2.839 de processos eletrônicos. Dessa forma, houve redução de 809 mandados cumpridos em 2015 na comparação com 2014, correspondendo a uma queda de 12,90%.

Em relação aos tipos de diligência, nos processos físicos a notificação foi a espécie mais frequente em 2015 (766), seguida pela penhora (726), enquanto em 2016 o tipo de diligência mais comum passou a ser a citação (162) seguida pela penhora (136). Já nos processos eletrônicos, tanto em 2015



como em 2016, as notificações foram as mais frequentes, seguidas pelas diligências classificadas como “mandados”.

4.3.3 Tempo médio para cumprimento dos mandados

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS FÍSICOS				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
Busca e Apreensão	6,23	6,27	0,69%	4,00
Citação	5,85	5,37	-8,20%	7,91
Condução de Testemunha	26,00	2,67	-89,74%	-
Notificação	3,83	4,16	8,50%	6,02
Penhora	11,44	10,26	-10,25%	14,15
Outros	3,17	4,65	46,92%	4,23
Prazo Médio Geral	5,33	6,28	17,77%	8,68

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Tempo para cumprimento dos mandados, em dias – PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)
Notificação	5,24	6,53	24,55%	8,87
Mandado	9,77	10,93	11,90%	13,04
Ofício	3,00	4,07	35,56%	8,81
Prazo Médio Geral	6,19	7,23	16,85%	10,05

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Em termos gerais, o tempo médio para cumprimento dos mandados de processos físicos pela Central de Mandados de Passo Fundo subiu 17,77% em 2015, na comparação com o ano anterior. Em relação ao tempo de cumprimento de cada tipo de mandado em 2015, constata-se que as penhoras possuem o maior prazo médio de cumprimento pelos oficiais de justiça avaliadores (levando, em média, 10,26 dias), seguidas pelas buscas e apreensões (cuja média foi de 6,27 dias). Por outro lado, o cumprimento mais célere (excetuadas as conduções de testemunhas, cujo número total é ínfimo) é verificado nas notificações (4,16 dias). Por sua vez, os dados colhidos entre janeiro e março de 2016 apontam uma nova elevação do prazo médio para cumprimento dos mandados em processos físicos – para 8,68 dias, o que corresponde a um avanço de 38,22%.



Quanto aos mandados decorrentes de processos eletrônicos, o lapso médio para efetivo cumprimento das diligências pelos oficiais de justiça avaliadores alcançou 7,23 dias em 2015. Dentre esses, o prazo mais elevado foi registrado naqueles classificados como “mandados” (10,93 dias), enquanto os ofícios são as diligências com menor prazo médio de cumprimento (4,07 dias). Por sua vez, as informações colhidas nos três primeiros meses de 2016 apontam aumento do tempo médio para cumprimento dos mandados para 10,05 dias, lapso 39% superior ao verificado em 2015.

4.3.4. Número e percentual de mandados devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso – PROCESSOS FÍSICOS						
	2014		2015		2016 (até 31.03)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Busca e Apreensão	11	16,67%	4	10,81%	0	0,00%
Citação	204	18,43%	111	15,72%	40	24,69%
Condução de Testemunha	7	87,50%	0	0,00%	0	-
Notificação	347	11,68%	84	10,97%	18	15,00%
Penhora	368	41,68%	227	31,27%	65	47,79%
Outros	59	7,29%	53	13,77%	7	10,61%
Total Geral	996	17,04%	479	18,26%	130	26,80%

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Número e percentual de mandados devolvidos com atraso - PROCESSOS ELETRÔNICOS (PJe-JT)						
	2014		2015		2016 (até 31.03)	
	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual	Quantidade	Percentual
Notificação	59	17,82%	487	21,24%	164	29,44%
Mandado	35	38,46%	193	39,71%	115	50,88%
Ofício	1	25,00%	4	6,67%	5	31,25%
Total	95	22,30%	684	24,09%	284	35,54%

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 13.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

O prazo legal para cumprimento de mandados pelos oficiais de justiça avaliadores é de 9 dias (§2º do art. 721 da CLT), ampliado para 10 dias, nos casos de avaliação (§3º do art. 721, c/c o caput do art. 888, ambos da CLT). Analisando-se as informações do sistema informatizado da Unidade Judiciária,



constatou-se que foi considerável o número de mandados cumpridos após o decurso do prazo legal.

Em relação aos processos físicos, constatou-se que foram devolvidos 479 mandados após o decurso do prazo legal em 2015, valor correspondente a 18,26% de todos os mandados cumpridos, tendo havido aumento dessa proporção, em relação aos dados de 2014 (cujo percentual de mandados devolvidos com atraso alcançava 17,04% do total de mandados cumpridos). A penhora foi a espécie de mandados com maior percentual de devolução após o prazo legal em 2015 (31,27%), seguida pelas citações (15,72%). Por sua vez, os dados parciais do ano de 2016 (janeiro a março) apontam novo aumento do percentual de diligências cumpridas após o prazo legal nos processos físicos (para 26,80%).

Quanto aos mandados emitidos em processos eletrônicos, constatou-se que 684 foram devolvidos com atraso pelos oficiais de justiça avaliadores em 2015, que equivale a 24,09% de todos os mandados cumpridos no período. Dentre essas diligências, as classificadas como “mandado” apresentam maior índice de devolução com atraso (39,71%). Nos três primeiros meses de 2016, por sua vez, verifica-se tendência de nova elevação do percentual de mandados de processos judiciais eletrônicos cumpridos intempestivamente.

Relaciona-se no quadro abaixo os mandados que levaram mais tempo para serem cumpridos pela central de mandados de Passo Fundo:

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos físicos)					
Processo	Nº do mandado	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0000108-59.2014.5.04.0662	662-00309/15	PENHORA	09/06/15	13/10/15 10:30	126
0000068-19.2010.5.04.0662	662-00337/15	NOTIFICAÇÃO	02/06/15	05/10/15 11:14	125
0000314-47.2012.5.04.0661	661-00498/15	PENHORA	02/06/15	23/09/15 09:30	113
0000323-43.2011.5.04.0661	661-00497/15	PENHORA	10/06/15	15/09/15 15:00	97
0010111-47.2012.5.04.0661	661-00069/15	PENHORA	26/05/15	21/08/15 14:15	87
0010111-47.2012.5.04.0661	661-00070/15	PENHORA	26/05/15	21/08/15 14:17	87
0000273-71.2012.5.04.0664	664-00908/13	PENHORA	29/10/13	21/01/14 10:00	84
0122700-28.2002.5.04.0662	662-00072/15	NOTIFICAÇÃO	11/06/15	01/09/15 11:00	82
0000031-78.2013.5.04.0664	664-00134/15	CITAÇÃO	16/06/15	04/09/15 09:35	80
0000148-69.2013.5.04.0664	664-00135/15	CITAÇÃO	16/06/15	04/09/15 09:35	80



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0155800-98.2007.5.04.0661	661-00550/15	PENHORA	18/06/15	04/09/15 07:30	78
0000290-82.2013.5.04.0661	661-01690/13	PENHORA	26/11/13	10/02/14 11:00	76
0010038-12.2011.5.04.0661	661-00041/15	OUTROS	06/04/15	16/06/15 14:32	71
0000934-27.2010.5.04.0662	662-02043/13	PENHORA	19/11/13	29/01/14 14:45	71
0006700-06.2006.5.04.0661	661-01523/14	PENHORA	17/12/14	20/02/15 11:05	65
0048200-52.2006.5.04.0661	661-01525/14	PENHORA	17/12/14	20/02/15 10:30	65
0133000-47.2005.5.04.0661	661-01527/14	PENHORA	17/12/14	20/02/15 10:30	65
0010385-68.2013.5.04.0663	663-00076/15	PENHORA	26/05/15	30/07/15 13:07	65
0010058-26.2013.5.04.0663	663-00072/15	PENHORA	20/05/15	17/07/15 14:00	58
0128900-10.2009.5.04.0661	661-00423/14	PENHORA	05/05/14	02/07/14 13:26	58
0100300-76.2009.5.04.0661	661-01366/14	PENHORA	22/10/14	19/12/14 16:42	58
0010200-75.2009.5.04.0661	661-01479/14	CITAÇÃO	12/12/14	07/02/15 10:00	57
0001049-74.2012.5.04.0663	663-01074/14	CITAÇÃO	16/12/14	11/02/15 15:05	57
0000784-72.2012.5.04.0663	663-01089/14	CITAÇÃO	16/12/14	11/02/15 15:08	57
0000828-23.2014.5.04.0663	663-00912/14	PENHORA	23/09/14	19/11/14 16:30	57
0000577-11.2014.5.04.0661	661-00854/15	PENHORA	07/12/15	01/02/16 16:30	56
0000575-41.2014.5.04.0661	661-00492/15	PENHORA	02/06/15	27/07/15 15:15	55
0000055-12.2013.5.04.0663	663-00351/15	PENHORA	16/10/15	10/12/15 15:00	55
0000747-08.2013.5.04.0664	664-00226/14	PENHORA	15/04/14	09/06/14 14:33	55
0176100-81.2007.5.04.0661	664-00979/13	PENHORA	19/11/13	13/01/14 17:10	55
0000213-07.2012.5.04.0662	662-00027/15	OUTROS	30/01/15	25/03/15 16:00	54
0000610-60.2012.5.04.0664	664-00144/14	OUTROS	11/03/14	03/05/14 17:53	53
0010009-56.2011.5.04.0662	662-00039/15	PENHORA	28/04/15	19/06/15 15:00	52



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0010376-09.2013.5.04.0663	663-00192/13	PENHORA	06/12/13	27/01/14 10:00	52
0010207-56.2012.5.04.0663	663-00191/13	CITAÇÃO	06/12/13	27/01/14 12:00	52
0010091-87.2011.5.04.0662	662-00111/13	CITAÇÃO	18/11/13	09/01/14 12:00	52
0000665-40.2014.5.04.0664	664-00251/15	PENHORA	09/12/15	29/01/16 14:00	51
0001053-83.2013.5.04.0661	661-00821/15	PENHORA	01/12/15	21/01/16 14:50	51
0000260-07.2014.5.04.0663	663-00310/15	NOTIFICAÇÃO	15/09/15	05/11/15 14:50	51
0000213-07.2012.5.04.0662	662-00522/15	PENHORA	27/10/15	17/12/15 12:00	51
0000213-07.2012.5.04.0662	662-00523/15	PENHORA	27/10/15	17/12/15 12:00	51
0000843-89.2014.5.04.0663	663-00270/15	PENHORA	21/07/15	10/09/15 11:30	51
0001054-93.2012.5.04.0664	664-00572/14	CONDUÇÃO DE	23/09/14	13/11/14 09:00	51
0010033-87.2011.5.04.0661	661-00053/14	PENHORA	07/05/14	27/06/14 12:00	51
0000812-40.2012.5.04.0663	661-00864/15	PENHORA	15/12/15	03/02/16 09:00	50
0137200-73.2000.5.04.0661	661-00034/16	PENHORA	27/01/16	17/03/16 15:08	50
0010116-92.2014.5.04.0663	663-00049/15	PENHORA	28/04/15	17/06/15 15:23	50

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

Mandados com maior tempo para cumprimento, por tipo (processos eletrônicos – PJe)				
Processo	Tipo de mandado	Data da distribuição	Data da devolução	Total de dias
0020242-07.2014.5.04.0663	Notificação	19/12/2014	05/07/2015	198
0020242-07.2014.5.04.0663	Notificação	30/01/2015	05/07/2015	156
0020590-91.2015.5.04.0662	Mandado	08/06/2015	16/09/2015	100
0020549-21.2015.5.04.0664	Mandado	09/06/2015	01/09/2015	84
0020026-84.2014.5.04.0521	Mandado	17/06/2015	02/09/2015	77
0020634-16.2015.5.04.0661	Mandado	19/06/2015	30/08/2015	72
0020634-16.2015.5.04.0661	Mandado	19/06/2015	30/08/2015	72
0020740-75.2015.5.04.0661	Mandado	24/07/2015	25/09/2015	63



0020915-66.2015.5.04.0662	Notificação	08/10/2015	10/12/2015	63
0020245-56.2014.5.04.0664	Mandado	25/11/2014	26/01/2015	62
0020386-44.2015.5.04.0663	Mandado	13/11/2015	11/01/2016	59
0020760-66.2015.5.04.0661	Notificação	24/07/2015	15/09/2015	53
0020419-34.2015.5.04.0663	Notificação	09/06/2015	31/07/2015	52
0021319-17.2015.5.04.0663	Notificação	11/12/2015	01/02/2016	52

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 27.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

4.3.5 Mandados pendentes de devolução com prazo de devolução vencido no sistema informatizado

Mediante consulta ao sistema informatizado inFOR, realizada no dia 27.04.2016, foi constatada a existência de 01 mandado pendente de devolução nos processos físicos cujo limite legal para sua devolução já foi ultrapassado.

Por sua vez, o sistema PJe-JT, no dia 13.04.2016, apresentava 22 mandados sem registro de cumprimento no prazo, com data de expedição desde 14.03.2016:

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS FÍSICOS – INFOR					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0000815-55.2013.5.04.0664	29/03/16	664-00065/16	Armando Marques Gava	28

Mandados em aberto no sistema PROCESSOS ELETRÔNICO – PJe-JT					
	Nº Processo	Data da Distribuição	Tipo de documento	Oficial de Justiça	Dias em carga
1	0020190-40.2016.5.04.0663	14/03/2016	Mandado	ARMANDO MARQUES GAVA	30
2	0021128-72.2015.5.04.0662	16/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	28
3	0020062-57.2015.5.04.0662	22/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	22
4	0020281-33.2016.5.04.0663	28/03/2016	Mandado	CLAUDIO FERREIRA JUNIOR	16
5	0020249-28.2016.5.04.0663	28/03/2016	Mandado	MAGALI REGINA NODARI	16
6	0021247-30.2015.5.04.0663	28/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	16



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7	0020371-44.2016.5.04.0662	29/03/2016	Notificação	ARMANDO MARQUES GAVA	15
8	0021129-60.2015.5.04.0661	29/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	15
9	0021129-60.2015.5.04.0661	29/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	15
10	0021328-82.2015.5.04.0661	29/03/2016	Mandado	MAGALI REGINA NODARI	15
11	0021069-87.2015.5.04.0661	29/03/2016	Mandado	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	15
12	0020043-14.2016.5.04.0663	29/03/2016	Mandado	VANDERLEI GARBIN	15
13	0020362-76.2016.5.04.0664	30/03/2016	Notificação	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	14
14	0020224-18.2016.5.04.0662	30/03/2016	Mandado	ARMANDO MARQUES GAVA	14
15	0021415-35.2015.5.04.0662	30/03/2016	Notificação	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	14
16	0021359-02.2015.5.04.0662	31/03/2016	Notificação	CLAUDIO FERREIRA JUNIOR	13
17	0020309-95.2016.5.04.0664	31/03/2016	Mandado	MAGALI REGINA NODARI	13
18	0020384-18.2015.5.04.0811	31/03/2016	Notificação	VANDERLEI GARBIN	13
19	0020290-95.2016.5.04.0662	01/04/2016	Mandado	GUSTAVO BOHN URNAU	12
20	0020130-67.2016.5.04.0663	01/04/2016	Notificação	MAGALI REGINA NODARI	12
21	0020118-87.2015.5.04.0663	01/04/2016	Notificação	ARMANDO MARQUES GAVA	12
22	0020030-86.2014.5.04.0662	01/04/2016	Mandado	ARMANDO MARQUES GAVA	12
23	0021437-96.2015.5.04.0661	01/04/2016	Notificação	SILVIA DE OLIVEIRA PORTILLO	12
24	0020320-33.2016.5.04.0662	01/04/2016	Notificação	MAGALI REGINA NODARI	12

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe-JT em 15.04.2016; Dados do PAJT de Marau inclusos)

4.3.5 Número de mandados recebidos e cumpridos por oficial de justiça avaliador

Os quadros abaixo contêm os números de mandados recebidos e cumpridos mensalmente por oficial de justiça avaliador da Central de Mandados de Passo Fundo.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Amarildo de Rocco						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	07	07	05	05	00	00
Citação	144	148	65	66	30	30
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	388	392	123	127	11	10
Penhora	124	127	75	75	28	22
Outros	124	129	94	94	06	06
Total	788	804	362	367	75	68
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	47	45	558	555	90	90
Mandado	08	08	55	55	29	23
Ofício	00	00	11	11	03	02
Total	55	53	624	621	122	115

Armando Marques Gava						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	00	00	06	06	00	00
Citação	00	00	61	57	19	21
Condução de Testemunha	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	45	43	14	15
Penhora	00	00	60	55	27	26



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Outros	00	00	47	47	05	04
Total	00	00	219	208	65	66
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	00	00	158	154	66	59
Mandado	00	00	43	42	24	19
Ofício	00	00	08	07	01	02
Total	00	00	209	203	91	80

Cláudio Ferreira Júnior						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	09	03	03	00	00
Citação	149	149	71	70	15	16
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	323	323	52	52	18	17
Penhora	107	106	72	67	12	15
Outros	142	141	23	24	06	06
Total	731	729	221	216	51	54
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	97	94	208	208	76	74
Mandado	18	18	49	47	25	22
Ofício	01	01	03	03	01	01



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Total	116	113	260	258	102	97
--------------	------------	------------	------------	------------	------------	-----------

Dirceu Espíndola de Moraes

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	13	12	04	05	00	00
Citação	98	100	87	87	20	19
Condução de Testemunha	02	02	00	00	00	00
Notificação	344	346	111	112	08	08
Penhora	77	76	99	106	08	07
Outros	104	105	55	55	04	04
Total	638	641	356	365	40	38

PJe-JT

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	26	25	259	256	56	55
Mandado	27	20	65	71	27	26
Ofício	00	00	08	08	01	01
Total	53	45	332	335	84	82

Gustavo Bohn Urnau

INFOR

	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	08	08	12	12	00	00
Citação	91	91	56	56	20	20
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Notificação	406	406	93	93	20	18
Penhora	106	106	79	79	12	10
Outros	107	106	55	56	01	01
Total	719	718	295	296	53	49
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	48	47	361	350	55	66
Mandado	11	11	80	78	26	26
Ofício	03	03	16	16	01	01
Total	62	61	457	444	82	93

Magali Regina Nodari						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	09	12	02	02	01	01
Citação	145	143	95	98	16	14
Condução de Testemunha	02	02	02	02	00	00
Notificação	394	404	92	96	19	17
Penhora	110	112	102	106	28	22
Outros	78	82	27	27	10	10
Total	738	755	320	331	74	64
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	30	25	149	147	58	55



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Mandado	09	09	29	26	59	54
Ofício	00	00	04	03	01	02
Total	39	34	182	176	118	111

Sílvia de Oliveira Portillo						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	11	10	02	03	00	00
Citação	163	159	96	96	18	19
Condução de Testemunha	01	01	00	00	00	00
Notificação	317	321	79	80	13	15
Penhora	94	98	60	62	13	11
Outros	84	82	44	45	24	25
Total	670	671	281	286	68	70
PJe-JT						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	32	31	313	312	64	58
Mandado	03	03	65	66	38	27
Ofício	00	00	09	09	08	07
Total	35	34	387	387	110	92

Vanderlei Garbin						
INFOR						
	Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)	
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Busca e Apreensão	17	12	00	00	00	00



Citação	529	995	449	665	35	121
Condução de Testemunha	00	00	01	04	00	00
Notificação	805	2484	453	628	35	86
Penhora	382	997	357	645	56	122
Outros	197	364	98	142	34	63
Total	1930	4852	1358	2084	160	392
PJe-JT						
Total em 2014		Total em 2015		Total em 2016 (até 31.03)		
	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos	Recebidos	Devolvidos
Intimação	00	00	00	00	00	00
Notificação	44	37	281	280	105	100
Mandado	18	16	93	93	28	29
Ofício	00	00	03	03	00	00
Total	62	53	377	376	133	129

5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A CCDF E CDM

A Coordenadoria de Controle da Direção do Foro encontra-se amplamente entrosada, comprometida e possui um ótimo ambiente de trabalho. Destaca-se a excelência do atendimento às partes e procuradores por todos os servidores, os quais buscam sintonia com as unidades judiciárias para otimizar o trabalho. Constatou-se que a unidade realiza inúmeras atividades que auxiliam e contribuem para o bom andamento das varas do trabalho, centralizando o atendimento ao jurisdicionado, unificando procedimentos e informações, auxiliando ou substituindo as varas no atendimento ao balcão, absorvendo aproximadamente 80% do público que busca a Justiça do Trabalho. Destaca-se, ainda, a postura proativa da Coordenadora e dos servidores na busca de integração do foro, por meio de várias iniciativas.

A Central de Mandados possui servidores comprometidos com a prestação jurisdicional, realizando suas atividades de forma coesa e proativa. O prazo médio de cumprimento de mandados é ótimo. Os oficiais de justiça relataram que, ao terem contato com os demandados, ponderam com a parte envolvida sobre a importância de efetuar o pagamento do débito, e por muitas vezes, as orientações dadas aos demandados possibilitam a realização de acordos ou pedidos de parcelamento da dívida.

Ao final da inspeção, a Corregedora parabenizou os seus servidores da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro e da Central de Mandados, reconhecendo o comprometimento de todos com a prestação jurisdicional.



6 RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

ITEM 3.2 (Unificação de dados cadastrais em processos físicos)

Recomenda-se que a Unidade continue empreendendo esforços para unificação de dados cadastrais em processos físicos, tanto na unificação cadastral de reclamadas como na unificação cadastral de endereços de advogados.

ITEM 3.6 (Livro carga de advogados)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, §1º, da CPCR.

ITEM 4.3.4. (Mandados devolvidos com atraso)

Determina-se a cobrança dos mandados com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPCR, especialmente em relação aos mandados de penhora.

7 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Diretora do Foro, a Coordenadora e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na Secretaria da 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo no dia 04.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes às unidades judiciárias desse foro. Especificamente em relação à Coordenadoria de Controle de Direção do Foro e à Central de Mandados não houve manifestação.

8 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA

A Juíza Diretora do Foro e a Coordenadora de Controle da Direção do Foro solicitaram o fornecimento e instalação de um telão no saguão (onde funciona a 4ª VT) para transmitir cursos *on line* da escola judicial, ante o efetivo interesse dos servidores em se aprimorar. Solicitaram também, se possível, o fornecimento de um biombo ou similar para deixar o espaço mais reservado. Constatou-se por ocasião da correição que o espaço indicado permite que seja usado conforme proposto pelas Juíza e Coordenadora, mesmo sem o fornecimento do biombo, somente do telão. Encaminhe-se a solicitação para a Diretoria-Geral e para a Escola Judicial para avaliar acerca da possibilidade de atendimento.



9 PRAZO PARA RESPOSTA

A Coordenadora deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

10 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade e atenção dispensada pela Juíza Diretora do Foro Odete Carlin, pela Coordenadora Lizete Terezinha Klock e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

A presente ata foi assinada e publicada nesta data em razão da participação da Corregedora Regional no curso da ENAMAT, de 10 a 13.05.2016, bem como no COLEPRECOR, nos dias 18 e 19.05.2016.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional